

Revista Tempo e Argumento

ISSN: 2175-1803

tempoeargumento.faed@udesc.br

Universidade do Estado de Santa Catarina

Brasil

Dourado, Nileide Souza; Ribeiro, Renilson Rosa A biografia-monumento do Marechal Rondon: as representações de um herói nacional/regional entre as tramas da memória e ensino de História Revista Tempo e Argumento, vol. 14, núm. 37, e0202, 2022, Octubre-Diciembre Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil

DOI: https://doi.org/10.5965/2175180314372022e0202

Disponible en: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338175520010



Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org



abierto

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso



- (f)/tempoeargumento
- @tempoeargumento
- (g) @tempoeargumento

Nileide Souza Dourado

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, MT – BRASIL

lattes.cnpq.br/7694739889520072 nileidedourado@gmail.com

orcid.org/0000-0003-2735-096X

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, MT – BRASIL

lattes.cnpq.br/4919452710416508 rrrenilson@yahoo.com

orcid.org/0000-0002-2809-1376

Para citar este artigo:

DOURADO, Nileide Souza; RIBEIRO, Renilson Rosa. A biografia-monumento do Marechal Rondon: as representações de um herói nacional/regional entre as tramas da memória e ensino de História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 37, e0202, dez. 2022. ohttp://dx.doi.org/10.5965/2175180314372022e0202

Recebido: 27/02/2022 Aprovado: 03/08/2022









Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

A biografia-monumento do Marechal Rondon: as representações de um herói nacional/regional entre as tramas da memória e ensino de História

Resumo

Este artigo procura abordar a presença do Marechal Cândido Rondon, como personagem símbolo da integração nacional, "pai das comunicações" – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares. A pesquisa também busca compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica para, em seguida, pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações. E, por último, demonstrar os lugares de memória, a história escrita e ensinada sobre o Marechal Rondon.

Palavras-chave: Marechal Rondon; narrativas; memórias; ensino de história; Mato Grosso.

The biography-monument of Marechal Rondon: the representations of a national/regional hero between the plots of memory and History teaching

Abstract

This article seeks to address the presence of Marechal Candido Rondon, character as a symbol of national integration, "father of communications" - representing the modern Brazil who wanted to introduce and teach in school enrollment. It also seeks to research to understand how the manufacturing is, first, the hero of the historical narrative, to then think about your own agent status - in its different facets and elaborations. And, finally, demonstrate the places of memory, the story written and taught about the Marechal Rondon.

Keywords: Marechal Rondon; narratives; memories; history teaching; Mato Grosso.

Este artigo aborda a presença do Marechal Cândido Rondon, como personagem símbolo da integração nacional, "pai das comunicações" – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares. Busca também compreender como se dá a fabricação do herói da narrativa histórica para, em seguida, pensar a sua própria condição de agente em suas diferentes facetas e elaborações. Além de demonstrar os lugares de memória, a história escrita e ensinada sobre o Marechal Rondon.

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Nessa perspectiva, a reflexão acerca da construção histórica dos heróis e símbolos nacionais, em pesquisas como a realizada por Thais Fonseca, no livro História & Ensino de História (2003), tem apontado para a necessidade de se pensar os sujeitos na História não centrada apenas em personagens que realizaram feitos individuais ou tidos como heroicos, como autoridades ou figuras políticas. As tramas da história não podem ser entendidas como sendo dependentes do destino de poucos, de façanhas ou vontades individuais de lideranças, em que pouco se destaca a dimensão coletiva das lutas por mudanças ou da resistência exercida por grupos em defesa de seus direitos.

Considerando as questões tratadas sobre a construção da figura do herói nacional no discurso histórico didático, a seguir, aborda-se como tal estratégia de "invenção discursiva" pode ser percebida na construção do mito Marechal Rondon, na sua interface entre o nacional e regional no ensino da história. Ao abordar a temática das narrativas que inventam a figura do Rondon como símbolo de determinado projeto de nação, este ensaio trabalha com as noções de representação, prática e apropriação que, como afirma Roger Chartier (1990, p. 13-28), constituem o foco da abordagem da história cultural.

Para o referido autor, o objetivo principal da História Cultural é "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Assim, é necessário levar em consideração as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do real e são partilhadas pelos grupos sociais. Chartier (1990, p. 18) destaca ainda que as representações do mundo social se apresentam como universais, mas são, na verdade, discursos pautados pelos interesses dos grupos que as forjam. Na sua leitura, as representações são "matrizes de discursos e de práticas diferenciadas que têm como objetivo a construção do mundo social e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua." Assim, as apropriações são social, institucional e culturalmente determinadas, produzindo maneiras diferenciadas de interpretação (CHARTIER, 1990, p. 26-28).

Entre a mitologia e a história (ensinada): os personagens e as narrativas (inventadas) em nome da nação

O universo infantojuvenil é povoado de heróis e figuras míticas. Os (super) heróis estão presentes nos livros, gibis e filmes. Não é muito difícil encontrar entre esse público referências aos seus heróis favoritos. Há aqueles que marcaram gerações como Batman e Robin, Superman, Homem-Aranha e Chapolin Colorado. Há também os personagens do esporte e da música que se transformaram em ídolos por seus feitos, criando uma legião de fãs infantojuvenil, como por exemplo, o piloto Ayrton Senna, tricampeão de Fórmula 1, o cantor Renato Russo, líder da banda de rock Legião Urbana, e o jogador de futebol Neymar Jr. (RIBEIRO, 2008).

O herói, em suas múltiplas versões, revela-se ao mundo por intermédio de feitos fantásticos, realizando atos de coragem, salvando vidas ou até mesmo oferecendo a sua própria por uma causa maior. E por seu gesto de nobreza tornase um exemplo a ser seguido. Quem na infância nunca teve vontade de ser um bombeiro ou fazer parte dos Superamigos? As aulas de História não fogem a essa regra e trazem tradicionalmente nas suas narrativas a presença de heróis, lideranças que se destacaram em determinadas situações ou eventos. As lições de História do Brasil por muito tempo se notabilizaram pelo relato de datas e feitos de grandes personagens, geralmente homens de Estado ou políticos, responsáveis pela edificação e defesa da nação em diferentes contextos.

No livro *Por que estudar a história?* (2007), voltado para estudantes do ensino médio, o historiador Caio César Boschi afirma que essa concepção de história esteve em voga no século XIX, consagrada pelo escritor escocês Thomas Carlyle (1795-1881), no seu livro *Os heróis*: o *culto dos heróis* e o *heroico na História*. Escrita em 1841, a sua obra defendia que a história seria fruto dos grandes homens. Eles seriam os símbolos de todas as lutas e conquistas. Em muitas dessas narrativas, a exagerada glorificação desses agentes históricos era envolvida pelo discurso ficcional e místico-religioso.

Em junho de 2008, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* lançou uma enquete para saber quais seriam os heróis e vilões da história do Brasil. Tal consulta feita por meio de questionário teve a participação de mais de 200 pessoas, envolvendo historiadores, professores, jornalistas, economistas, políticos

e artistas, que tiveram a opção de escolher até cinco pessoas para o bem e outras cinco para o mal. Apesar da polêmica e dos debates gerados, notou-se nas escolhas o peso da dimensão de exemplo e singularidades dos eleitos, granjeando para si sentimentos, lutas, projetos de nação e cidadania. Machado de Assis, D. Pedro II e Getúlio Vargas foram os mais votados entre os queridos. Um dos mais odiados foi justamente o chefe de polícia do próprio Vargas durante o Estado Novo, Filinto Müller, ao lado do presidente Emílio Garrastazu Médici, representante da fase mais dura do regime militar pós-1964. Marechal Rondon, objeto deste artigo, figurou na lista dos "bonzinhos". De acordo com a reportagem especial,

De modo geral, parece que o Brasil tem mais heróis do que vilões. Nas artes (principalmente), na ciência, na política e até no esporte, os participantes se lembraram de nada menos que 56 nomes valorosos. De Antonio Conselheiro ao marechal Rondon, de Ayrton Senna ao barão de Mauá, de Chiquinha Gonzaga a Betinho, o orgulho brasileiro se manifesta em múltiplos tons. Menções honrosas para Oswaldo Cruz, Sérgio Buarque de Holanda, Patrícia Galvão (Pagu), Paulo Freire, Rui Barbosa, José Bonifácio, Mário de Andrade e Luís Carlos Prestes. (Quem são os heróis e vilões de nossa história, 2008, reportagem on line)

O culto aos heróis nacionais, em diferentes contextos e com interesses e fins diversos, esteve associado ao processo de recuperação de um passado comum glorioso. Um dos princípios básicos desse pensamento era o da ação individual em nome do coletivo, o do sacrifício em prol da nação (MICELI, 1988). Quem nunca teve de fazer as famigeradas pesquisas ou responder questionários nos livros didáticos sobre as biografias de personagens como Pedro Álvares Cabral, José de Anchieta, Tiradentes ou D. Pedro I? A eleição dos heróis nacionais envolve uma série de questões políticas e jogos de interesse dos grupos dominantes no poder. Essa escolha não é neutra. Definir aqueles que traduziriam os sentimentos nacionais ou de grupos remete à reflexão sobre as polêmicas em torno das disputas de identidade. A indicação de um herói como símbolo nacional significa a composição de retrato e valores que se desejam instituir para a população (ENDERS, 2014).

Em síntese, procura construir modelos a serem seguidos e exaltados. A constituição de um calendário de festas e comemorações, bem como o culto aos heróis do passado, geralmente tidos como os construtores ou fundadores da

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

nação ou de um movimento revolucionário, faz parte do processo de legitimação de um regime político ou das lutas e reivindicações de grupos minoritários, por exemplo. Fazia parte da agenda das lideranças da Revolução Francesa a criação de símbolos nacionais capazes de garantir a unidade social em oposição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Segundo Lucia Lippi Oliveira (1989, p. 181), no ensaio "As festas que a República manda guardar", "bandeiras, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes se tinham tornado cidadãos".

Os líderes da República brasileira, instituída em 1889, tal como os revolucionários franceses, também procuraram forjar o seu panteão nacional e seu calendário de festividades. Ao longo de aproximadamente cem anos de regime republicano, o próprio parlamento se ocupou com a questão da construção de "um panteão para o culto cívico aos grandes homens da Pátria brasileira" (FERNANDES, 2005, p. 1). Ricardo Oriá Fernandes catalogou, a partir dos registros parlamentares, exemplos dessa demanda em forjar o altar da pátria, em propostas de homenagens e reconhecimentos para personagens como Benjamin Constant e Marechal Deodoro, representantes do projeto republicano, e figuras como de outros períodos históricos: Tiradentes, José Bonifácio, D. Pedro I, Duque de Caxias e Getúlio Vargas. Esse panteão nacional era traduzido em prédios, monumentos, pinturas e nomes de espaços públicos:

Num esforço de promover a "pedagogia da nação", construíram-se vários monumentos históricos que evocavam personagens e fatos históricos marcantes, dignos de registro à posteridade. No Brasil, em especial, seguindo a tradição francesa da "estatuomania", foram edificados inúmeros monumentos a partir do ano de 1862, com a inauguração da estátua equestre do imperador D. Pedro I, na Praça Tiradentes. A estes se seguiram outros, principalmente durante o período republicano, cujo lócus privilegiado foi a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país.

No Brasil, temos alguns panteões mais conhecidos, construídos no decorrer da história, como o Panteão dos Andrada, em Santos-SP, o Panteão de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro-RJ, o Panteão dos Inconfidentes, também conhecido como Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG, o Panteão da Independência, em São Paulo, além do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília-DF. (FERNANDES, 2015, p. 5)

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Para Thaís Nivia de Lima e Fonseca, tradicionalmente os livros didáticos, ao lado das comemorações cívicas,

[...] atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história. Os livros didáticos têm sido, de fato, grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade. É fundamental, portanto, discutir as suas dimensões como lugar de memória e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como "versões autorizadas" da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum. (FONSECA, 2003, p. 73)

Neste sentido, à guisa de ilustração, temos a emergência da figura do alferes Tiradentes, tomado como símbolo da Inconfidência Mineira, como herói nacional. A Inconfidência Mineira seria representada como a semente colonial do desejo de formar uma República no Brasil. A construção da imagem do Tiradentes como símbolo da República brasileira foi brilhantemente analisada pelo professor José Murilo de Carvalho, no *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil* (1990), publicado no contexto das comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República no Brasil, e por estudos posteriores no campo da historiografia (CALLARI, 2001; FURTADO, 2002) e do ensino de história (FONSECA, 2001; 2003; GAMA, 2020; RIBEIRO, 2014).

Marechal Rondon, entre os "lugares de memória" a história escrita e ensinada

Já a história escrita e ensinada sobre o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon é fomentada também a partir dos "lugares de memória", ou seja, um misto de história e memória – categoria que nasce e vive a partir do sentimento de que não há memória espontânea verdadeira, de que é preciso criar arquivos, bibliotecas, museus, notariar atas; organizar lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; registrar os lugares simbólicos de comemorações, as peregrinações, as celebrações dos aniversários ou os emblemas; pronunciar elogios fúnebres e os lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: esses memoriais têm a sua história (NORA, 1993, p. 472-473).

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Portanto, esses lugares apontados por Pierre Nora (1993) seriam onde a memória se enraizou e vem servindo como uma nova forma de apreendê-la. Não é mais a memória que vivemos, mas a que esses espaços representam e é apropriada pela história como fonte.

Este ensaio é uma produção concebida por meio de muitas trilhas, resíduos, restos, lugares de memórias e histórias. São lugares funcionais, materiais e imateriais que têm se dado a conhecer mediante produções, homenagens como as conferidas ao agente público e político Rondon, em edificações e espaços públicos, em monumentos, em celebrações, como também em páginas de periódicos, manuais, livros, relatórios, filmes, poesias, no Brasil e pelo mundo, como é o caso das histórias escritas e publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – Centenário da Comissão Rondon (1907-2007) (RIHGMT), editada no ano de 2007, pelo grêmio, na qual é possível conhecer e acessar uma vasta documentação, memórias e histórias sobre Rondon, assim, como as questões relacionadas à literatura, à fotografia, ao cinema e aos lugares nomeados, objetivando reunificar o indivíduo fragmentado pela história. Todavia, os textos que compõem a Revista têm como contribuição maior à historiografia levar a sociedade a conhecer a trajetória histórica do "filho de Mato Grosso".

Nesses termos, o "lugar social" de Rondon em Mato Grosso e no Brasil, também, na perspectiva da RIHGMT é apresentado pelos inúmeros discursos com reconhecimento e relevância atribuídos pela população, frente à produção de saberes sobre o "sujeito social – Rondon". Assim, Rondon é nomeado em vários lugares e em diferentes situações. Uma vez que "nomear lugares" é muito mais do que uma simples atribuição de nomes, é "materializar" o sentimento de que um lugar é uma entidade que possui individualidade que a distingue de outros lugares, e isso ocorre com base na constatação de que um lugar é útil e vale a pena ser nomeado (ROMANCINI; SILVA; SOUZA, 2007, p. 95). Em face ao extenso e volumoso trabalho apresentado, bem como, pelo reconhecimento recebido pela comunidade regional, nacional e internacional, Rondon é materializado e recebe diversas deferências, como homenagens, celebrações, pronunciamentos e elogios, tornando-se um mito nacional e rememorado internacionalmente.

Assim, vale destacar que, no seu aniversário, em 5 de maio de 1955, o Congresso Nacional Brasileiro oferta a Rondon o título de Marechal do Exército Brasileiro; no ano de 1956, o Território Federal do Guaporé teve seu nome alterado, em homenagem ao herói, para Território Federal de Rondônia, elevado a estado no ano de 1981; Rondon foi indicado no ano de 1957 para o prêmio Nobel da Paz, pelo Explorer's Club, de Nova Iorque (EUA) por reconhecê-lo como grande defensor das telecomunicações, inovador das formas de registros documentais com o uso de imagens e vozes, fotografias e filmes ao longo de seus trabalhos; foi homenageado e nomeado em escolas, bairros, praças e ruas do Brasil, a exemplo da Escola e da Rodoviária da cidade do Recife; com honrarias, é o Patrono das Telecomunicações no Brasil e, em sua homenagem, o dia 5 de maio é o Dia Nacional das Comunicações. Rondon recebeu com honrarias a designação de Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro; o Ministério da Educação e Cultura criou o *Projeto Rondon*, com a finalidade de promover estágios de serviço de estudantes universitários em áreas do interior do país. Já o Município de Marechal Rondon, no estado do Paraná foi criado em sua homenagem.

Além de diversos discursos, relatórios e conferências, Rondon publicou Índios do Brasil, em três volumes: Do centro, noroeste e sul de Mato Grosso; Das cabeceiras do rio Xingu aos rios Araguaia; e Oiapoque e do norte do rio Amazonas. Publicou ainda, em colaboração com o etnólogo João Barbosa de Faria, Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios ariti ou parecis e Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil. Sobre sua vida e atuação foram publicadas várias obras, entre as quais a de Charles Badet, Rondon, charmeur d'indiens (1915), a de Domenico Bartolotti, Rondon, em Oro verde del Brasile (1928), a de Clóvis Gusmão, Rondon (1942), a de Oto Carlos Bandeira Duarte Filho, Rondon, o bandeirante do século XX (1945), a de Antônio Figueiredo, Rondon, o protetor dos índios (1957), a de Ester Viveiros, Rondon conta sua vida (1958) e as de Edilberto Coutinho, Rondon e a integração amazônica (1968) e Rondon, o civilizador da última fronteira (1969).

Nessa mesma perspectiva, de que se processe a afirmação de uma memória oficial da identidade nacional, a partir de março de 1990, o *Cruzeiro* é determinado como a nova moeda nacional, e a emissão de "cédulas de mil

cruzeiros" acontece com estampas que homenageiam o sertanista Rondon, tendo no anverso da cédula referências a seu trabalho como "desbravador" do território nacional. Daí a inserção de uma imagem de estação telegráfica sobre o fundo com o mapa do Brasil, além de imagens representativas de instrumentos de telegrafia. No reverso, numa evidente alusão ao fato de Rondon defender os direitos da população indígena, destaca-se a imagem de um casal de indígenas, não como efígie, mas numa postura mais informal, além de uma série de elementos gráficos típicos do artesanato indígena (GOMES; KORNIS, 2002, p. 23).

A presença de Rondon se encontra também cravada no Estado de Mato Grosso, em especial nos espaços urbanos de Cuiabá, Várzea Grande, Mimoso, distrito do município de Santo Antônio de Leverger, Rondonópolis, entre outros, nos lugares de memórias, cujos significados evocam feitos e importância histórica.

Na cidade de Cuiabá, Rondon é nomeado em logradouro como a Rua Cândido Mariano; recebe homenagens com a instalação do Busto de Rondon na Praça Alencastro; no processo de criação e instalação dos lugares de memórias da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): no ano de 1972, um museu foi construído e nomeado como Museu Rondon, em cujo lugar, foi erguida uma Estátua de Rondon, por iniciativa da Sociedade Amigos de Rondon; há uma instituição privada de ensino superior em Cuiabá denominada de Centro Universitário Unirondon, em sua homenagem; já o principal Aeroporto do Estado de Mato Grosso, localizado na cidade de Várzea Grande, coirmã de Cuiabá, recebe o nome de Aeroporto Internacional Marechal Rondon; a cidade de Rondonópolis, em 1918, surge com a passagem da Comissão Rondon pela região de Ponte de Pedra a fim de fazer levantamentos para a construção de linhas telegráficas, o tenente Otávio Pitaluga, que mediu e instituiu as diretrizes para uma futura cidade, e, mediante tal projeto, a localidade foi rebatizada de Rondonópolis, em homenagem a Marechal Rondon; dessa maneira, Rondon é agraciado pelo o IHGMT com o título de sócio honorário.

Por outro lado, o culto à memória e às imagens possibilitou a Rondon também ser notícia, seja em documentos escritos e iconográficos como mapas, registros fotográficos e filmes sobre os trabalhos que realizou. Joel Leão (2007, p. 72) destaca que as primeiras imagens fotográficas produzidas pela Comissão

Rondon foram reunidas no álbum *Lembranças da Comissão Telegráphica de Cuiabá ao Araguaia*, organizado em 1890.

Revela o autor que na linha cinematográfica, Os Sertões de Mato Grosso foi o primeiro filme documentário de longa-metragem do Marechal Rondon, ocasião em que foi montado o primeiro laboratório da Comissão, contando com equipamentos modernos e contratação de profissionais especializados na produção de filmes. Ressalta Leão (2007) que o segundo filme foi intitulado De Santa Cruz, considerado um dos melhores filmes até então executados pela Comissão Rondon, com fotografia impecável, mais dinâmico com cenas de animais e indígenas e, em especial, os saltos Utiarity e Bello.

As produções cinematográficas seguintes, segundo Leão (2007), contam com os filmes *Rituais* e *Festas Bororos*, editado em 1917; *Ronuro, Selva do Xingu*, de 1924; *Ao Redor do Brasil*, filmado entre 1924 e 1930; *Viagem ao Roraima* e *Parrima* e *Fronteiras do Brasil*, documentários produzidos em 1927, nas viagens de Inspeção de Fronteiras feitas pelo General Rondon. Assim finaliza Joel Leão, registrando em seu texto, o depoimento de Thomaz Reis sobre as angústias e alegrias de um cinegrafista a serviço da Comissão Rondon:

[...] Conta sobre suas angustiantes viagens na selva e sua observação precisa, de deixar "repousar os sentimentos", sem pressa, para obter o melhor resultado. O martírio do cinegrafista crescia com a monotonia e repetição das paisagens, com a ausência de aspectos interessantes a serem registrados, o que nos dá uma pista tanto do roteiro que ele gostaria de cumprir, quanto do que o cinema deveria registrar. Um pequenino povoado tornavase a grande alegria do cinegrafista no sertão. A cada viagem, mais difícil tornava-se a coleta de novas imagens que prendesse a atenção do espectador. O cinema a serviço da Comissão não criava "artifícios" ou ilusões, apenas registrava, com arte e nitidez, costumes indígenas até então ignorados nos "centros civilizados"; sua função talvez estivesse justamente aí: revelar aos civilizados aspectos desconhecidos do interior do País. Mostrar o Brasil aos Brasileiros. (LEÃO, 2007, p. 73)

Também, no campo da literatura, outro lugar de memória, o Marechal Rondon recebe homenagens de conterrâneos mato-grossenses, por meio de poesias, no formato de acróstico – originais e publicadas na RIHGMT (2007).

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Amidicis Diogo Tocantins saúda Rondon com a sua poesia *Mimoso* (À memória do ínclito Marechal Cândido Rondon), conforme as duas estrofes a seguir:

Em meio ao cavalgar, eis que surge Mimoso, Terra de Rondon, no sopé de uma ascensão; Corixos... Buritis... Sertão, o mais formoso Da natureza em festa. Há, pois, uma canção. Que ouço já bem perto, na amena tardinha: É o aboio plangente dos velhos vaqueiros. Índio Miguel, Pedrão, Zé Cinza... Oh! Gente, minha, Quero abraçá-los, bem como aos rijos tropeiros. [...]. (TOCANTINS, 2007, p. 105)

Assim como Amidicis, o professor Benedito de Campos, membro do IHGMT, também homenageia o Marechal Rondon na Revista, por ocasião das comemorações do Centenário da Comissão Rondon (1907-2007), com a poesia, intitulada *Nativo Bandeirante*:

Nativo Bandeirante
Esse pantaneiro, marechal
Resume a história em marcha
Da memória ecológica do Pantanal
Desponta no cerrado e na floresta
Festa bororo, dança, reza,
Na alcova da mata é o Marechal que passa
Abrindo estradas e comunicação. [...]. (CAMPOS, 2007, p. 106)

Rondon (Teu Acróstico) é mais uma homenagem, ofertada ao "filho de Mato Grosso", por Ede Gonçalves:

RONDON, nome que ainda brilhará, no cenário, de um GEOESTACIONÁRIO

Ousando unir o brasileiro, ao universo inteiro

Nunca, jamais deixando cair no esquecimento, nem por um só momento

Demonstrando com isso que o Brasil é composto de um povo culto, que homenageia o seu vulto

Ousado, humano, que zombou da morte, mas teve sorte

Não renegou os irmãos seus, pois eram todos filhos de DEUS! (GONÇALVES, 2007, p. 108-109, grifo do autor)

Nessa perspectiva, o ato de escrever sobre vidas é muito antigo e a trajetória humana gera uma história que vale a pena ser escrita e reescrita muitas vezes. Dessa maneira, a biografia de Rondon é digna de ser socializada,

comentada, sobretudo por destacar alguns momentos importantes da sua trajetória de vida e obra. Antecede ressaltar que, em 1958, sua biografia foi publicada, intitulada: *Rondon conta sua vida* (1958), obra prefaciada por Rachel de Queirós, que destaca em seu texto a importância de Esther de Viveiros na transcrição dos diários de campo de Rondon, no recolhimento de informações e de entrevistas para composição do texto, salientando de certa forma o caráter híbrido de Rondon, a partir de registro autobiográfico e romance biográfico. Para Ângela de Castro Gomes,

[...] os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas.(GOMES, 2004, p. 9)

Todo esse conjunto de materiais biográficos e bibliográficos com as representações sobre o Marechal Rondon tem se constituído em fonte para as atividades de ensino de História e celebrações das datas cívicas nas escolas, em especial no estado de Mato Grosso, servindo para consolidar a sua imagem como herói nacional incorporando a ideia de missionário da civilização ou bandeirante do século XX, muitas vezes desconsiderando as contradições e dilemas que envolvem a sua história de vida, atuação política e intelectual e os projetos de Brasil que congregava. Essa apologia acrítica da figura de Rondon ficou evidente, por exemplo, nas publicações institucionais e eventos realizados pelos institutos históricos, academias científicas e escolas públicas e privadas no ano de 2015, no sesquicentenário de seu nascimento, conforme calendário de festividades do próprio governo do estado de Mato Grosso.

Os institutos históricos e geográficos, academias militares e escolas: lugares de perpetuação da imagem do herói Rondon

O nome de Rondon é sinônimo de herói militar e/ou intelectual dentro dos espaços dos institutos históricos, academias e de escolas militares, sempre adotado como um modelo a ser seguido por seus exemplos de vida disciplinada e corajosa e por seus atos, como o desbravamento e civilização dos sertões. A comunhão da formação militar e das doutrinas positivistas é sempre lembrada

como elemento marcante na constituição da sua biografia. Além disso, há o reforço da mística de homem predestinado desde a infância em Mimoso, no interior de Mato Grosso.

As narrativas sobre a sua vida apontam sua origem mameluca como traço que advém do "ethos" bandeirante, reforçando um discurso identitário regional comum presente em estados como São Paulo e Mato Grosso. Ao mesmo tempo, estabeleceu relações amistosas com os indígenas bororos, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os terenas e os quiniquenaus, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os cadiueus e os oiafés, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Institutos históricos como o IHGB, fundado em 1838, e seus congêneres nas províncias/estados, academias literárias, museus, arquivos e associações científicas – desde os tempos do Império – cumpriram a missão de forjar um "passado comum" para a nação brasileira, tendo como fio condutor uma narrativa unificadora congregando nomes de ilustres brasileiros (MENDES; RIBEIRO, 2016; RIBEIRO, 2015).

A análise da construção de narrativas nesses espaços é emblemática para se entender o processo de construção de mitologias fundacionais pautadas em conceitos como origem, povo, tradição e herança. Nas páginas das publicações dos letrados do IHGB, à guisa de ilustração, podem ser identificadas memórias e biografias dos "construtores" ou "formadores" do Brasil desde os tempos coloniais (OLIVEIRA, 2011), assim como dos principais acontecimentos da nação imaginada e desejada. Nessas tramas, nomes como o de Marechal Rondon têm o seu assento no "panteão de papel", uma vez que trazem para o tempo presente lições, missões e justificativas da força do passado e da tradição.

A organização, as finalidades e as formas de entender o passado do grêmio fluminense serviram de modelo e fontes de inspiração para iniciativas semelhantes em diferentes partes do Brasil no final do século XIX e início do XX.

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Nesse contexto, por exemplo, foram fundados o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), em 1862, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, na capital paulista, e o IHGMT, no contexto das comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919.

Em nome da construção e consolidação do Brasil enquanto Estado-nação, os membros do IHGB e congêneres se dedicariam às atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, juízos, biografias e compilações, publicadas nas páginas de seu periódico. Ele seria a vitrine das ideias, projetos e discussões da agremiação.

Escrever história, para esses homens, em sua maioria, constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhia documentos da mesma forma como se achassem preciosidades. Para Lilia Schwarcz (1993, p. 114), "o ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente do seu ofício, separa as boas pedras das más", ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho ao olhar. E a biografia, repleta de exemplos e conquistas de Rondon – no período republicano – se constituiriam no caso desses artífices da memória nacional em um grande achado da lavra dos rios da história. As histórias da Comissão Rondon se tornaram alavancas para a potencialização da imagem de um Brasil moderno, que ocupava e domesticava o seu interior, levando as "luzes" da civilização.

Em 6 de setembro de 1939, na sessão especial do IHGB, ao ser apresentado por Bernardino José Sousa (1884-1949) para fazer conferência, "José Bonifácio e o problema indígena", Rondon foi descrito como aquele que tornou "em vida o símbolo do Brasil":

E quem o diz? Será só a palavra amiga que vos saúda? Certo que não: é todo o Brasil que vos acompanhou a escalada da glória no silêncio de suas matas opulentas e no murmúrio de seus rios escachoantes; do alto das serranas ásperas ao liso dos taboleiros e planícies embrejadas; é o Brasil que lê e que pensa, é o Brasil honesto no julgamento de seus valores; é o Brasil dos brasileiros que o estremecem e acreditam na valia de suas reservas de capacidade individual e coletiva. (SOUSA, 1939, p. 864)¹

¹ Segundo Elizabeth Madureira Siqueira (2007, p. 31), o Marechal Rondon foi "agraciado com o título Oficial de Civilizador do Sertão, outorgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Em publicação na *Revista do IHGB*, de 1950, o historiador Basílio de Magalhaes (1874-1957) traçaria a história de Mato Grosso como um longo e contínuo percurso entre o bandeirante Paschoal Moreira Cabral e Marechal Rondon. Rondon era sinônimo de Mato Grosso e por isso carregava consigo o "ethos" dos desbravadores do século XVIII. Conquistar, colonizar e dominar eram as marcas dessa identidade comum entre Moreira Cabral e Rondon.

No ano de 1965, o seu conterrâneo, o renomado historiador Virgílio Correa Filho (1887-1973), também membro do IHGMT, dedicaria páginas da Revista do instituto para fazer uma biografia do marechal já falecido, sem deixar de destacar seus feitos e méritos para a história da formação do território do Brasil, bem como sua atuação junto aos povos indígenas. Em outro texto, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1961, o historiador mato-grossense atribuiria a Rondon a condição de um dos grandes "vultos da geografia do Brasil".

Em razão de seu reconhecimento como importante homem público e político, Rondon –reconhecido como o bandeirante do século XX – seria recebido como sócio do IHGSP, em 25 de março de 1939. Sem deixar de zelar pela imagem que ao longo do tempo constituiu de si, no discurso de sua posse, o Marechal destacaria os atributos sobre a sua missão, que posteriormente seus biógrafos iriam abraçar para defini-lo como importante personagem da história do Brasil:

[...] o meu dever me chama à realidade dos compromissos que tomei ao encetar a minha carreira. [...] embora um general reformado, sinto que as honras do meu posto não me inibem de deveres, até ao final de minha vida. [...] São Paulo exalta um dos filhos de Mato Grosso por ter esse mato-grossense sabido cumprir as ordens emanadas da suprema Magistratura da República. (IHGSP, 1939, p. 41)

A presença de Rondon como sócio nos quadros do Instituto Histórico Paulista legitimava o projeto historiográfico que o grêmio defendia desde a sua fundação. O IHGSP, fundado em 15 de novembro de 1894, almejava construir uma identidade de âmbito nacional a partir de seus valores e símbolos de cultura e civilização, até então monopolizados e concentrados na Corte – Rio de Janeiro (FERREIRA, 2002). A frase provocativa, "A história de São Paulo é a própria história do Brasil", publicada no primeiro volume da sua Revista, denunciava a insatisfação

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

com o Instituto fluminense que havia se autodenominado brasileiro. A temática que iria servir aos anseios do Instituto paulista seria a do bandeirantismo, valorizado e popularizado pelos seus historiadores. Rondon seria sujeito e objeto de uma visão bandeirante da história do Brasil.

O bandeirantismo e o desenho das fronteiras serão também os motes principais para a constituição da identidade mato-grossense, em especial de Cuiabá, frente à ameaça da perda da hegemonia política enquanto capital para a parte sul do Estado e para livrar-se de um histórico "estigma da barbárie", nas palavras de Lylia Galetti (2012). Nesse processo de invenção de uma história e identidade de Mato Grosso, o IHGMT e figuras como D. Aquino Correia (1885-1956), Virgílio Alves Corrêa Filho (1887-1973) e Marechal Rondon (1965-1958) terão papéis de destaque na condição de artífices dessa narrativa ou de "heróis intelectuais" biografados. Fazer a história de Mato Grosso seria reafirmar a narrativa da nação, sem desconsiderar a sua cor local – regional (AMEDI; RIBEIRO, 2013; LEOTTI, 2013).

Segundo Lylia Galetti, é no momento de comemoração do bicentenário que ganha força e consistência

[...] a elaboração de símbolos distintivos da identidade regional – como o hino, o brasão e a Carta Geográfica de Mato Grosso, as datas, os heróis e grandes personagens redescobertos ou alçados a essa condição – que passaram a compor a memória histórica e as tradições locais. (GALETTI, 2012, p. 321)

Essas personagens passaram a povoar poemas, epopeias, livros, manuais escolares, praças, ruas e monumentos, assumindo o papel de símbolos da identidade da capital de Mato Grosso. Nesse período, Mato Grosso era governado por D. Aquino Correia (1918-1922).

De acordo com Osvaldo Zorzato, nesse contexto, constituiu-se uma historiografia marcadamente memorialista em Mato Grosso, na esteira do que acontecia nas outras regiões do país com a criação dos institutos históricos e academias:

[...] seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada objetivando afirmar uma suposta peculiaridade, que a um só tempo especifique e insira Mato Grosso no cenário nacional [...] os historiadores locais ao procurarem substituir a imagem de violência

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

e selvageria atribuída ao mato-grossense pela de "revolucionário", de um lado, contrapõem a imagens externas que lhes são adversas e, de outro, buscam reconstruir uma memória que os aproxime, independentemente de sua vinculação política, tendo em vista a perpetuação do grupo no controle do estado. (ZORZATO, 1998, p. 12)

Nesse processo de fabricação de identidade amparado nos preparativos do "bicentenário de fundação de Cuiabá", D. Aquino Correia, que além de presidente do Estado, era também cantor e poeta das qualidades de sua terra natal, teria papel de destaque incentivando a criação de instituições como o IHGMT e o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), além de símbolos que marcariam a identidade mato-grossense como o brasão de armas e o Hino de Mato Grosso – ambos com marcas da simbologia bandeirante. Para Odemar Leotti,

Acontecimentos como a chegada dos sertanistas deveriam constituir-se enquanto discurso fundador da identidade matogrossense, legitimando o poder político no presente. Assim, ao ato de seu sentido local e temporal (dos sertanistas terem vindo em busca de apresamento indígena), é acrescentado para, em seguida, ligá-lo a outro corpo de escrita, estabelecendo uma continuidade histórica e com ela a festa que uniria o povo mato-grossense. (LEOTTI, 2013, p. 143)

De acordo com Laura Antunes Maciel (1992), a passagem do bicentenário foi propícia para acrescentar mais alguns elementos e símbolos ao ideário da tradição, caro aos mato-grossenses "legítimos", descendentes dos "civilizadores do sertão": os bandeirantes. Dessa forma.

Tem início um movimento em torno da criação ou retomada de símbolos, alguns sepultados desde o período colonial, que, sob nova roupagem, fossem capazes de produzir uma identidade comum a todos os mato-grossenses. Assim, datam desse momento a composição do Hino do Estado de Mato Grosso e a recriação do seu Brasão de Armas, insistentemente utilizados, durante os anos posteriores ao bicentenário, nas festas cívicas, nas publicações oficiais ou não, nas representações do estado, nas exposições nacionais e internacionais, ou em qualquer ato público dali por diante. (MACIEL, 1992, p. 124)

A identidade bandeirante mato-grossense, tomada como lema dessa elite intelectual, encontraria na figura de Rondon mais legitimidade. O filho de Mimoso, a essa época já era reconhecido pela sua atuação na comissão construtora de

linhas telegráficas no Brasil Central e Amazônia e na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em vida carregava a alcunha de maior herói da história republicana de Mato Grosso e Brasil (SÁ, 2009).

Para os intelectuais locais ligados ao IHGMT, Rondon era um símbolo das qualidades raciais e de caráter que identificavam o mato-grossense com suas origens bandeirantes. Visto como desbravador do sertão, semeador de civilização, sua figura simbolizava a tradição (símbolo da raça bandeirante em Mato Grosso) e o progresso (representado pelas linhas telegráficas que implantara e pelo trabalho com os indígenas). Os textos sobre seus feitos oscilavam na sua qualificação entre pacificador e mediador.

Além do espaço recebido nos institutos históricos, Rondon teria sua história adotada como exemplo na formação de jovens nas escolas e academias militares. Seu nome seria referência para a construção de um sentimento de respeito pela hierarquia, disciplina, rigidez e luta. Nessas instituições de ensino essa metodologia de trabalho tinha como finalidade não apenas moldar a razão, mas também a sensibilidade do indivíduo. Essa pedagogia pautada nos exemplos tem a figura do herói como ponto central do ensino.

Para Suzana Marly Magalhães (2015), essa educação militar, fundamentada em rituais e simbologias heroicas, prepararia o aluno para o seu destino ou missão: enfrentar a morte no conflito armado. A "pedagogia do guerreiro", conforme denomina a autora,

[...] encontrado nos mitos e nas lendas da maioria das culturas, caracteriza-se por valores como força, destreza, destemor, responsabilidade e cumprimento de missão. O herói está associado também à narrativa dos percalços que o indivíduo tem que enfrentar para atingir a maturidade, conquistar honra pessoal e aceitação pela coletividade. Tudo isso só pode ser obtido por meio de extremo sacrifício pessoal, em ações públicas de demonstração de força e coragem. (MAGALHÃES, 2015, p. 24)

No Exército brasileiro, os ensinamentos orais e escritos nas escolas de formação têm os patronos Duque de Caxias e Marechal Rondon como modelos a serem seguidos: "As vidas idealizadas dos patronos se enlaçam a uma narrativa maior, a gênese do Exército brasileiro, e ambas estão presentes no relato histórico

da formação da nação e de seus mitos fundadores." (MAGALHÃES, 2015). Em outras palavras, fazer a biografia celebrativa desses homens é uma forma também de fazer a própria biografia "militarizada" do Brasil como Estado-nação.

Nos livros infantis mais antigos adotados nas escolas primárias, era recorrente a presença de histórias de heróis e mitos fundadores do Brasil. A história da pátria era ensinada por meio do exemplo dessas personagens. Histórias de personagens históricos eram contadas em formato de fábula em livros adaptados para as crianças. São exemplares desse tipo de narrativa voltada para o público infantil os livros *História do Brasil para crianças* (1934) e *Meu Torrão*: contos da História Pátria (1935), do escritor Viriato Correa. Segundo Ricardo Oriá Fernandes (2009, p. 6), autores como Viriato Correa consideravam que a História era "fonte de infinitas lições para as novas gerações, que deveriam se espelhar no exemplo de brasileiros patriotas que, em vida, se dedicaram à causa nacional".

Esse tipo de narrativa, misturando ficção e realidade, pode ser encontrado também em textos dedicados às crianças sobre a história de Rondon, recuperando episódios marcantes e de aventura do personagem. Um exemplo recente desse tipo literatura infantil é a obra *Rondon*, o desbravador do Brasil, de autoria do jornalista Walter Vitillo, publicado pela Editora Cortez. Vitillo (2013) foi roteirista de diversas revistas em quadrinhos e atualmente escreve e faz adaptações para livros didáticos. A sinopse do livro já indica o perfil de texto adaptado para o mundo da criança, ressaltando um "personagem extraordinário" da história do Brasil:

Desde pequeno, Cândido Rondon gostava de contemplar a exuberância das matas e imaginar o que havia nelas: seus animais exóticos e a beleza dos pássaros que coloriam os céus provocavam naquele garoto órfão e pobre, nascido no estado de Mato Grosso na segunda metade do século XIX, verdadeiro encanto. Ele cresceu e se tornou um brasileiro extraordinário que dedicou a vida à sobrevivência dos índios e valorização de sua cultura como primeiros habitantes da floresta. (VITILLO, 2013, quarta capa)

Rondon, ao longo da sua vida e principalmente depois de sua morte, recebeu nas mais de vinte e sete biografias de diferentes perfis – celebrativas, míticas ou investigativas – inúmeras adjetivações, sendo as mais conhecidas as de "pacificador", "bandeirante", desbravador dos sertões", "amansador de índios"

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

entre outros. De acordo com Antonio Carlos Lima (2007), no artigo "Pacificador ou mediador?", publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*,

Rondon é, de fato, um dos mais poderosos mitos que figuram no panteon da nacionalidade brasileira e que vem sendo alimentado e revigorado ao longo dos tempos. Diante dele, ou melhor, da investigação de sua atuação, ficamos diante de uma difícil equação, sobretudo para aqueles comprometidos com os destinos dos grupos sociais afetados pelas políticas de Estado: para falar de ocupação do interior do país, de política indigenista, de defesa de fronteiras, é preciso recorrer às celebrações de indivíduos exemplares? É possível mostrar como essa individualidade complexa e mitificada foi construída social e historicamente – por ações de grupos e redes sociais dotados de diferentes interesses – escavando o sentido do "ser exemplar" e o homem em sua trajetória de vida, seus compromissos, virtudes e erros, para além da persona pública?

A resposta, obviamente, é não. O importante, porém, é, ainda que suave e brevemente, ultrapassar um pouco a névoa que o mito instaura e tentar saber um pouco daquilo que está escondido na imagem do "pacificador". Para tanto, é na origem das políticas republicanas para os povos indígenas que devem ser buscados os conteúdos históricos que fizeram de Cândido Rondon um mito, perpetuado na visão de correntes de nosso pensamento social que sempre pensaram os indígenas como necessitados de uma assistência comparável àquela que deveria se oferecer às crianças. (LIMA, 2007, p.40-41)

Essas considerações feitas por Lima apontam para a necessidade de compreender as diferentes facetas da personagem histórica Marechal Rondon, além de entender a própria elaboração do mito (BIGGIO, 2003; LIMA, 1995; MACIEL, 1998; TACCA, 2001). Nesse sentido, implica em ler de forma contextualizada e crítica as narrativas biográficas forjadas sobre o "pacificador" e atentar-se para as diferentes questões políticas, intelectuais, identitárias e culturais que perpassam a experiência do sertanista de Mimoso.

No caso, seria interessante – especialmente para nós educadores – fazer uma revisão das ressonâncias de elementos da chamada "pedagogia do guerreiro" presentes na forma como apresentamos Rondon para os nossos estudantes em sala de aula – seja na escola pública, seja nas academias militares. Dentro dessa perspectiva, os apontamentos de Suzana Magalhães (2015) servem de importante ponto de reflexão para o fazer do docente:

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

[...] para se adaptar melhor à sociedade contemporânea, marcada pela Ciência e pelo Estado Democrático de Direito, a narrativa dos heróis poderia incorporar esclarecimentos sobre vários aspectos da história da instituição militar. Caberia, por exemplo, abordar a biografia de homens e mulheres notáveis do Exército, trazendo as contribuições da história social e cultural do país, explicando a sua forma de sensibilidade e os seus valores, mostrando as relações estabelecidas entre o Exército e a sociedade brasileira e a dinâmica de suas transformações internas em razão de fatores políticos e econômicos. (MAGALHÃES, 2015, p. 25)

Em termos da produção historiográfica, as imagens e representações desse sujeito histórico têm assumido diferentes perspectivas e abordagens a partir do diálogo interdisciplinar com áreas como ciências naturais, literatura, fotografia, cinema, antropologia e sociologia, quebrando o retrato fixo, essencializado e mítico de Cândido Mariano da Silva Rondon forjado pelas (auto)biografias e memórias (ARRUDA, 2003; BIGGIO, 2003; DIACON, 2006; HAAG, 2012; LIMA, 1999; LIMA; SÁ, 2007; LIMA JUNIOR, 2010; KURY, 2007; MACIEL, 1998; MACIEL, 2007; SÁ, 2009).

Comemorar datas e marcos como os 150 anos de nascimento de Rondon, em 2015, por exemplo, significa fazer um exercício crítico e reflexivo de leitura(s) da sua história, da história que nos ensinaram, das histórias silenciadas ou esquecidas, da história do Brasil e do Mato Grosso – enfim, da nossa própria história como personagens individuais e coletivos no tempo presente.

Considerações finais

O exercício de decifração desse discurso, da fabricação da nação como uma verdade, passa pela procura das relações de poder e saber que a instituiu por meio dos enredos e tramas que pautaram a composição de uma narrativa didática do Brasil pautada nas biografias de "homens ilustres" considerando os seus diferentes ritmos, recortes e processos políticos e sociais que marcaram a história da República.

Conforme enunciado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001), o que se almeja estudar é como se constituiu "um arquivo de imagens e enunciados", um estoque de fontes de verdades sobre o Brasil no discurso histórico a partir da evocação, ou melhor, da invenção discursiva de representações de Marechal

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

Rondon. As proposições apresentadas para a História desde a reabertura política e a democratização do Brasil têm trazido na sua essência a ideia de que essa disciplina desenvolva nos estudantes a autonomia intelectual e o pensamento crítico, tentando afastar-se, segundo Christian Laville (1999, p. 126), da sua "missão de incutir nas consciências uma narrativa única glorificando a nação."

Desde o seu nascimento como área de conhecimento, no século XIX, até a segunda metade do século XX, o ensino da História nas escolas não era mais do que uma forma de educação cívica. Seu objetivo maior era confirmar a nação no Estado em que se encontrava no momento, justificar sua ordem social e política – e ao mesmo tempo seus dirigentes – e inculcar nos membros da nação o sentimento de a ela pertencerem, respeito por ela e dedicação para servi-la. O aparelho didático desse ensino, no qual se inserem as representações elaboradas acerca de Rondon, seria

[...] uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça dessa narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada. (LAVILLE, 1999, p. 126)

Laville considera que a Segunda Guerra Mundial foi um marco na mudança dessa concepção de História. A partir de 1945, e principalmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a função social do ensino de História passou a ser a de formar indivíduos autônomos e críticos e levá-los a desenvolverem

[...] as capacidades intelectuais e afetivas necessárias para tal. Os conteúdos factuais passavam a ser menos determinados de antemão, menos exclusivos, abrindo-se à variedade e ao relativo. Contudo, o mais importante é que, como desenvolvimento das capacidades se dá com a prática, a pedagogia da história passava de uma pedagogia centrada no ensino para uma pedagogia centrada nas aprendizagens dos alunos. (LAVILLE, 1999, p. 126).

É dentro desse cenário de mudanças paradigmáticas da História e da Educação que está alicerçado o debate curricular brasileiro, apresentado à sociedade brasileira desde as duas últimas décadas do século passado.

Os sujeitos históricos, como apresentam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são vistos como todos aqueles que, em determinados contextos históricos, mostraram suas especificidades, sendo líderes de lutas para transformações ou permanências na sua realidade, atuando em grupo ou de forma isolada. Eles seriam trabalhadores, mulheres, crianças, escravos, camponeses, religiosos, intelectuais, políticos entre outros. Nessas narrativas sai a névoa da mística e da celebração dos heróis nacionais e entra em cena o exercício reflexivo e crítico sobre a ação social de indivíduos, grupos ou classes sociais, por vezes, à margem das páginas dos livros didáticos de História.

Essas ponderações permitem problematizar no tempo presente a persistência nos discursos políticos e midiáticos, por exemplo, a exaltação de figuras tidas como salvadoras da nação como "pai do povo", "mito" e "eleito de Deus", excluindo a dimensão coletiva de participação em espaços de decisão da vida pública. Nesse sentido, acredita-se que o desafio do ensino da História não esteja na identificação dos brasileiros com esses "grandes" heróis, e sim na sua necessidade de se identificarem consigo mesmos, aprendendo a pensar que essa "comunidade imaginada" denominada Brasil é composta pela diversidade cultural, não sendo fruto de decisões de sujeitos superiores, detentores do futuro do país nas mãos. Defende-se que se traga para a esfera pública, como por exemplo, a sala de aula, a atuação de diferentes sujeitos e grupos na construção de projetos de sociedade.

Talvez seja mais interessante trazer para o cenário das tramas históricas experiências políticas, sociais e culturais que possam contribuir para a prática de uma cidadania mais participativa e reflexiva, que estimule o protagonismo das pessoas. Recomenda-se, como nos alerta o professor István Jancsó, em entrevista na edição de abril de 2009 da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, vencer a resistência da sociedade brasileira em relação aos "heróis populares", contudo sem mistificá-los.

A escrita e o ensino de história, além de entreter, têm o compromisso de alimentar o desejo de envolvimento com as questões que fazem parte dos dilemas do cotidiano. Nesse sentido, sem celebrações e misticismos, as ações do

Nileide Souza Dourado, Renilson Rosa Ribeiro

sociólogo Betinho [Herbert de Souza] e do ambientalista Chico Mendes tenham mais a dizer para as pessoas acerca dos problemas atuais que devem resolver como a fome e a má distribuição de renda e a destruição das nossas florestas. Esses são exemplos (dentre outros possíveis) que dialogam com as questões do tempo presente e servem de ponto de partida para o protagonismo docente e discente – reflexão na ação, e não para ficar na contemplação de figuras fantásticas, despossuídas da sua humanidade, que apenas nos trilham para a eterna espera do "salvador da pátria". Mesmo a figura de Rondon pode ser pensada e ensinada em sala de aula de forma crítica, contextualizada e propositiva considerando sua dimensão humana, política e social diante das questões sensíveis que permeiam a história da sociedade brasileira no século XX.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. A invenção do Nordeste e outras artes. 2. ed. Recife: FJN: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

AMEDI, N. C.; RIBEIRO, R. R. "Denodados heróis, civilizadores do sertão...": o mito fundador bandeirante na constituição da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 9, p. 153-180, 2013.

ARRUDA, L. C. **Posto fraternidade indígena**: estratégias de civilização e táticas de resistencia (1913-1945). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

BIGGIO, E. S. Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930). Brasília: Funai: CGDOC, 2003.

BOSCHI, C. C. Por que estudar a história? São Paulo: Ática, 2007.

CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA FILHO, V. Rondon. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 266, p. 155-158, jan./mar. 1965.

CORRÊA FILHO, V. Vultos da geografia do Brasil: Rondon. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 105-108, 1961.

DIACON, T. A. **Rondon**: o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ENDERS, A. **Os vultos da nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FERNANDES, R. O. O Parlamento brasileiro e a construção da memória nacional: os monumentos históricos em praça pública (1891-1986). *In*: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Anpuh Brasil, 2015. p. 1-16.

FERNANDES, R. O. "Sem história não há pátria!": Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de história. XXV Simpósio Nacional de História. 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC; Anpuh Brasil, 2009. p. 1-9.

FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2002.

FONSECA, T. N. L. **Da infâmia ao altar da pátria**: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

FONSECA, T. N. L. Históra e ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, T. N. L. Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação. *In*: SIMAN, L. M. C.; FONSECA, T. N. L. (org.). **Inaugurando a história e construindo a nação**: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b. p. 91-121.

FURTADO, J. P. **O manto de Penélope:** história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALETTI, L. S. G. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: EdUFMT: Entrelinhas, 2012.

GAMA, L. C. **As várias vidas do mártir:** as representações sobre Tiradentes no discurso historiográfico e didático de monarquistas e republicanos. Cuiabá: EdUFMT Digital, 2020.

GOMES, A. C.; KORNIS, M. A. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "O outro lado da moeda". 2001, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: MHN, 2002. p. 107-134.

GOMES, A. M. C. (org.). Escrita de Si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HAAG, C. Ciência para criar uma nação. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 195, p. 74-79, maio 2012.

KURY, L. Marchar com fé. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 26-30, ago. 2006.

IHGSP. Recepção e posse do General Rondon: discursos proferidos na sessão extraordinária de 25 de março de 1939. **Separata da Revista do IHGSP**, São Paulo, v. XXXVI, p. 27-47, 1939.

JANCSÓ, I. Oxente, sou professor [Entrevista cedida ao periódico]. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio Janeiro, n. 43, p. 48-53, abr. 2009.

LAVILLE, C. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LEOTTI, O. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEÃO, J. A fotografia e o cinema na Comissão das Linhas Telegráficas. **RIHGMT**, Cuiabá, n. 65, p. 69-76, 2007.

LIMA JUNIOR, L. G. S. **Por uma geodésia dos acontecimentos**: a operação cartográfica na obra de Candido Rondon (1890-1952). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LIMA, A. C. S. Pacificador ou mediador? **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 40-45, ago. 2006.

LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, N. T.; SÁ, D. M. No rastro do desconhecido. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 18-25, ago. 2006.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: luperj-Ucam, 1999.

MACIEL, L. A. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon". São Paulo: Educ: Fapesp, 1998.

MACIEL, L. A. O sertão domesticado. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 34-39, ago. 2006.

MAGALHÃES, B. Mato Grosso: de Pascoal Moreira Cabral a Cândido Rondon. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 206, p. 102-157, jan./mar. 1950.

MAGALHAES, S. M. C. Pedagogia do guerreiro. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 24-25 set. 2015.

MENDES, L. C. C.; RIBEIRO, R. R. Fronteira e integração territorial na escrita da história didática oitocentista. **Clio. Série História do Nordeste**, Recife, v. 34, p. 73-95, 2016.

MICELI, P. C. O mito do herói nacional. São Paulo: Contexto, 1988.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, L. L. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, M. G. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV: Edur: Anpuh Rio de Janeiro, 2011.

QUEM são os heróis e vilões de nossa história. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, jun. 2008.

RIBEIRO, R. R. Entre Palmares e Vila Rica: os percursos da memória de Zumbi e Tiradentes nos livros didáticos de história do Brasil (séculos XIX e XX). *In*: NOGUEIRA, A. G. R.; SILVA FILHO, A. L. M. (org.). **História e historiografia:** perspectivas e abordagens. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014. p. 264-285.

RIBEIRO, R. R. O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

RIBEIRO, R. R. Os superbrasileiros. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 82-85, set. 2008.

ROMANCINI, S. R.; SILVA, A. M.; SOUZA, J. B. Rondon e seus espaços na cidade contemporânea. RIHGMT, Cuiabá, n. 65, p. 95-101, 2007.

RONDON, C. M. S. Rondon conta sua vida: por Esther Viveiros. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

SÁ, L. V. **Rondon**: o agente público e político. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, E. M. Cronologia de Rondon. RIHGMT, Cuiabá, n. 66, p. 11-36, 2007.

SOUSA, B. J. Saudação a Cândido Mariano da Silva Rondon. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 174, p. 863-865, 1939.

TACCA, F. **A imagética da Comissão Rondon**: etnografias fílmicas estratégicas. Campinas: Papirus, 2001.

VITILLO, W. Rondon, o desbravador do Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.